

OS NÚMEROS DA COR

O objetivo deste boletim é sumarizar algumas informações a respeito da situação sócio-econômica dos grupos de cor no Brasil e suas regiões no ano de 1990. Neste primeiro boletim constarão informações sobre população, domicílio e família. Serão fornecidas, também, em alguns casos, informações sobre o ano de 1982, possibilitando, desta forma, uma análise de mudanças no tempo.

Os dados aqui apresentados foram retirados da publicação **Cor da População- Síntese de Indicadores, 1982-1990** elaborada pelo Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (FIBGE) com base na Pesquisa Nacional de Amostra Domiciliar (PNAD) dos referidos anos.¹

1. POPULAÇÃO

Analisando a composição racial da população entre os anos 1890-1990 (gráfico 1), nota-se que, em 1890 a população branca era minoria na composição da população brasileira, com 44,0%. No entanto, entre 1890-1940, houve um aumento significativo deste grupo de cor, fruto da forte imigração européia ocorrida no início deste século, promovendo o *branqueamento* de nossa população. Ao observar o recenseamento de 1940, vê-se que o grupo branco chegou a representar 63,5% da população brasileira.

No período de 1940-1980 ocorre um fenômeno similar com o grupo de cor parda. Ou seja, nesses 40 anos houve uma tendência ao aumento proporcional de pardos na população brasileira. Consequentemente, diminui a proporção tanto do grupo de cor branca quanto de cor preta. Em 1980 o percentual de pessoas que se declararam pardas foi de 38,5% aumentando 9 pontos percentuais em relação à 1960. Enquanto que a população branca e preta tiveram um decréscimo - em relação a 1960 - de 6,2 e 2,8 pontos respectivamente.

Os dados de 1990 confirmam essa tendência, embora a população que se declare branca continua sendo predominante (55,3%), seguindo os pardos com 39,3% e os pretos com 4,9% e os amarelos com 0,5%.

¹Todos os dados apresentados neste boletim não contêm informações a respeito da população rural da região Norte.

Educação

O intenso processo de urbanização e industrialização ocorrido nas últimas quatro décadas mudou de maneira significativa a estrutura social do Brasil. A despeito dessas transformações, um crescente número de trabalhos na área de ciências sociais vêm indicando que a população preta e parda está exposta a maiores desvantagens nas dimensões demográficas - apontadas no boletim anterior - e sócio-econômicas. As evidências apontam que apesar dos níveis crescentes de industrialização e modernização da estrutura social, não foi eliminada a cor como critério de seleção social. Neste boletim, pretendemos mostrar como essas desvantagens associadas à cor ocorrem na esfera educacional a partir dos dados sobre taxas de analfabetismo, taxas de escolarização, anos de estudo e por último a relação entre estudo e trabalho. Os dados são das tabulações especiais das PNADs (Pesquisa Nacional de Amostra Domiciliar) de 1976 e 1990 e da Síntese de Indicadores/Cor da População para o ano de 1990 publicado pela FIBGE. Vale ressaltar que as informações do ano de 1990 são as últimas disponíveis, não estando acessíveis ainda os dados do Censo Demográfico de 1991.

No Brasil, até os anos 50, a cobertura dada pelo sistema escolar era bastante limitada. A partir desta década houve uma expansão educacional que procurou absorver as demandas da população possibilitando, principalmente, uma diminuição das taxas de analfabetismo. Mas, a despeito dessa expansão, o sistema de ensino brasileiro ainda apresenta sérios problemas ligados à sua qualidade. O acesso à escola já não é o maior problema (exceto no Nordeste) e sim, a progressão dentro do ciclo escolar básico (1a. a 8a. série) marcada pela repetência. Os alunos passam muitos anos dentro da escola e acabam cursando poucas séries. Essas deficiências têm refletido fortemente na qualificação da mão-de-obra que ingressa no mercado de trabalho configurando uma trajetória ineficaz de realização sócio-econômica.

Analfabetismo

Analizando as taxas de analfabetismo para o ano de 1976 e 1990 (tabela 1), podemos observar que de fato essas taxas têm sido decrescentes. Em 1976, 21,5% dos homens e 24,3% das mulheres eram analfabetos; em 1990, esses percentuais diminuíram

MERCADO DE TRABALHO

Este número do boletim e o próximo terão como foco de análise a situação da população brasileira no mercado de trabalho. Neste número serão enfocadas as taxas de participação na PEA (População Economicamente Ativa), as taxas de desemprego e o número de horas trabalhadas para Brasil e áreas específicas. Essas informações serão relacionadas com as variáveis sexo e cor, idade e escolaridade.

TAXAS DE PARTICIPAÇÃO NA PEA

Uma das principais formas de se avaliar o crescimento econômico de um determinado país é através das taxas de participação dos indivíduos na população economicamente ativa. Nas últimas décadas o Brasil experimentou um forte crescimento econômico, principalmente entre os anos de 1960 e 1980. O número de pessoas economicamente ativas aumentou de 22.750.028 em 1960, para 43.796.763, em 1980.

Nos anos 80, apesar da crise econômica, o crescimento da PEA foi relativamente alto: em 1990, segundo os dados da PNAD, a PEA total brasileira era formada por 64.467.742 pessoas. Mesmo não sendo metodologicamente possível comparar censos com PNADs¹, esses números sugerem um crescimento significativo da PEA para um período considerado de crise.

Analizando os dados sobre a população economicamente ativa notamos primeiramente que há uma grande diferença entre os gêneros. Por mais que as mulheres tenham conseguido aumentar a participação da seu contingente na força de trabalho, os homens ainda apresentam uma taxa de participação que é quase o dobro da taxa feminina - 75,3% e 39,2% respectivamente.

Quadro 1. Taxa de participação na PEA por sexo e cor. BRASIL, 1990.

	Brancos	Pretos	Pardos	Total
Homens	75,2	75,4	75,4	75,3
Mulheres	39,0	46,0	38,5	39,2

Fonte: Tabulações Especiais, PNAD-1990.

Mesmo com as mudanças ocorridas nos níveis econômico, social e cultural quanto ao papel das mulheres na sociedade brasileira, a participação feminina no mercado de trabalho, principalmente nos países menos desenvolvidos, continua

¹A pergunta em relação às atividades, nas PNADs se referem a última semana enquanto que a dos censos se referem ao último ano.